

Recebido em: 16/02/2022
Aprovado em: 03/03/2022
Publicado em: 03/05/2022

TOTALITARISMO

conceito, elementos persistentes e o mal no Brasil

TOTALITARIANISM

concept, persistent elements and evil in Brazil

Adriana Carvalho Novaes¹
(adriananovaes@usp.br)

Resumo: Os temas do fascismo e do totalitarismo voltaram a ser discutidos recentemente devido à ascensão de governos extremistas em vários países. Esse texto tem por objetivo recuperar a história, as dificuldades e o potencial explicativo do conceito de totalitarismo, retomar seus elementos constitutivos como apresentados por Hannah Arendt, em sua obra *Origens do totalitarismo*, e destacar a persistência desses elementos na estrutura econômica, social e política, para além de posicionamentos ideológicos. O texto analisa ainda as características específicas desses elementos constitutivos no Brasil, sua ameaça nas estratégias insidiosas da política recente, que se aproveita da desigualdade e do ressentimento, simplificando a realidade, capturando reivindicações e incitando a violência.

Palavras-chave: Totalitarismo. Mal. Hannah Arendt. Política. Brasil.

Abstract: Fascism and totalitarianism have recently been discussed again due to the rise of extremist governments in several countries. This text aims to recover the history, difficulties, and explanatory potential of the concept of totalitarianism, to reconsider its constitutive elements as presented by Hannah Arendt in her work *Origins of totalitarianism*. The text also intends to highlight the persistence of these elements in the economic, social and political structure, beyond ideological positions. The text analyzes the specific characteristics of these constitutive elements in Brazil, their threat in the insidious strategies of recent politics that take advantage of inequality and resentment, simplifying reality, capturing claims, and inciting violence.

Keywords: Totalitarianism. Evil. Hannah Arendt. Politics. Brazil.

*Pode até ser que os verdadeiros tranSES de nosso tempo somente venham
a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente
a mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado.*
Hannah Arendt

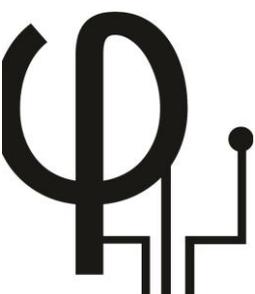
*O passado nunca está morto, nem sequer é passado.*²
William Faulkner

¹ Doutora em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP) e Graduada em Filosofia (FFLCH/USP) e em Comunicação Social (FAAP). Atualmente é Pós-doutoranda no Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7042243902784462>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8128-7418>.

² Do livro *Requiem for a Nun*, citado por Arendt em “Tiro pela culatra”. In: *Responsabilidade e julgamento*, p. 341.



Tratar do mal, de como ele surgiu no século XX e dos modos pelos quais ele permanece à espreita, é algo inescapável, em especial nesse começo de século, tempo em que sua ameaça, resultado da persistência de elementos que adiante vou tentar esclarecer, ainda nos assombra. Como fenômenos políticos, o fascismo e o totalitarismo surgiram há aproximadamente cem anos, mas as correntes subterrâneas que concorreram para seus surgimentos se estendem ao longo da era moderna, no processo de descoberta e criação, dos efeitos da Revolução científica e das Revoluções políticas, mas também do colonialismo e de sua versão econômica expansionista, ainda mais exploratória e desumana, o imperialismo. Diante das perplexidades que as contradições e antinomias próprias dos assuntos humanos nos causam, é necessário o esforço da compreensão no qual tanto insistiu a principal referência dessas reflexões, a filósofa judia, alemã, naturalizada norte-americana, Hannah Arendt.

A seguir, destaco a permanência de ideologias que se desdobraram dessas correntes e busco esclarecer a atualidade de alguns de seus elementos constitutivos no Brasil. Antes, lembro que os conceitos do âmbito político têm uma peculiaridade: apesar da distinção de movimentos, ideologias e correntes, eles devem ser considerados nos tempos e lugares específicos em que características fundantes se transformam e se combinam a novos eventos de modos diversos. Política é fluxo. Os Estados se movem a partir de princípios, como indicou Montesquieu em meados do século XVIII: conjunto de ânimos, paixões, história, exemplos, fatos e emoções que formam a disposição de um país, o “espírito” de suas relações, agora de modo bem mais complexo. Se seus traços fundadores permanecem ou são ultrapassados, confirmados ou esquecidos, seu rumo adquire melhor ou pior ventura. Sem o entendimento de que os fatores que constituem os fenômenos políticos se dão ao longo da história na qual adentram novos elementos, não conseguiremos compreender a realidade e, se for o caso, resistir a ela. Esse fluxo não é tomado aqui como causalidade. O que mais caracteriza os assuntos humanos é a imprevisibilidade, não a lógica de causa e efeito.³

1 O CONCEITO DE TOTALITARISMO

Usar o termo “totalitarismo” exige cautela, não só porque define a realidade de um movimento e de um regime muito específicos, mas também porque envolto em controvérsia na medida em que, de acordo com Arendt, designa o regime político de dois países a partir

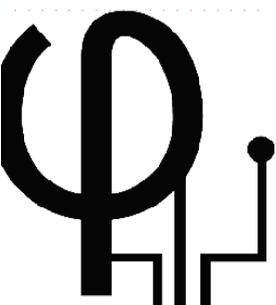
³ Ver as seções 26, 33 e 34 do livro *A condição humana*, de Arendt.

de um ano determinado – URSS, 1929 e Alemanha, 1933 – que alcançaram sua configuração por caminhos diferentes. Além disso, há um número considerável de possibilidades interpretativas de fenômenos políticos na medida em que pode ser enfatizada sua origem ou seu processo acabado, assim como pesa a disposição dos intelectuais que se dedicam à interpretação, de acordo com suas experiências, a situação de seu país e suas simpatias políticas. Por exemplo, a demora em lidar com o conceito “totalitarismo” pelos franceses por associá-lo erroneamente à mera ferramenta de disputa na Guerra Fria, ou a denominação “totalitária” aplicada ao fascismo usada pelos primeiros ideólogos fascistas. A história do conceito “totalitarismo” é marcada, portanto, pelo receio em usá-lo.⁴ Há uma razão metodológica, na medida em que designa um evento extremo, rejeitado absolutamente, e que por isso não serviria como um instrumento funcional de análise⁵. O conceito também foi apontado como mero instrumento de propaganda dos Estados Unidos, pois teria servido à estratégia de oposição tanto ao nazismo quanto ao stalinismo. A identificação do regime stalinista como totalitário é outro problema. A pertinência desta crítica está na diferença, principalmente, da história dos dois países (Alemanha nazista como projeto de um partido eleito democraticamente, URSS como consequência de uma Revolução de inspiração igualitária), da consideração da herança das Luzes (rechaço no caso da Alemanha, continuidade como impulso à técnica e à industrialização no caso da URSS) e dos assassinatos em massa (perseguição racial na Alemanha nazista, de classe na URSS).⁶ Há vários argumentos nessa disputa, mas muitos incorrem na ideologia que

⁴ Sobre o conceito de totalitarismo e sua história, destaco, além das primeiras obras sobre o tema – *Origens do Totalitarismo* (1951), de Hannah Arendt, *The Origins of Totalitarian Democracy* (1952), de Jacob Lieb Talmon; e *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (1956), de Carl J. Friedrich e Zbigniew Brzezinski – a resenha do livro *Origens do Totalitarismo*, de Arendt, escrita por Eric Voegelin, *The Origins of Totalitarianism*, *The Review of Politics*, Vol 15, n.1, jan. 1953, p. 68-76; a réplica de Arendt, Uma réplica a Eric Voegelin. In *Compreender*, 2008, p. 417-424. Ver especialmente: Claude Lefort, *Un homme un trop*, 1975, e *A invenção democrática*, 1983. Ver também: Martin Jay, *Marxism and Totality*, 1984, Vaclav Havel, *Le pouvoir des sans pouvoir e Histoire et totalitarisme* In: *Essais Politiques*, 1989; Zeev Sternhell, Mario Sznajder e Maia Ashéri, *Naissance de l'ideologie fasciste*, 1994; Abbott Gleason, *Totalitarianism: The Inner History of the Cold War*, 1995; Ian Kershaw e Moshe Lewin (Ed.) *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*, 1997; Enzo Traverso. *El Totalitarismo: historia de un debate*, 2001; Slavoj Žižek, *Did Somebody say Totalitarianism?*, 2001; David Ciepley, *Liberalism in the Shadow of Totalitarianism*, 2006; Michael Geyer e Sheila Fitzpatrick (Ed.) *Beyond Totalitarianism: Stalinism and Nazism Compared*, 2009.

⁵ Ver, por exemplo, o texto de Wolfgang Sauer, “National Socialism: Totalitarianism or Fascism?”, *The American Review*, vol. 73, n. 2, Dec, 1967, pp. 404-424.

⁶ Como já indicado, a principal referência dessas reflexões é a obra de Hannah Arendt, publicada em 1951, *Origens do Totalitarismo*. Ela mesma reconheceu que faltou a abordagem devida dos elementos constitutivos do totalitarismo stalinista, tendo se dedicado na década de 1950, ao estudo da obra de Karl Marx, tema de um curso ministrado em Princeton, publicado recentemente na coletânea de textos *Pensar sem corrimão: Compreender 1953-1975*, e tratada principalmente em outra obra importante da autora, *A condição humana*, de 1958. No texto “Algumas questões de filosofia moral”, de 1965, publicado no livro *Responsabilidade e julgamento*, ela reconhece que acha justificável, “com base em dados factuais, sustentar que moralmente, embora não socialmente, o regime nazista foi muito mais extremo do que o regime de Stálin nos seus piores momentos”, p. 117. Um livro de 2017 que esclarece a interpretação do stalinismo



um lado ou outro afirma apontar e “desmascarar” no oponente, como se uma ideologia igualitária não pudesse se transformar em um governo assassino, como se a desculpa de exterminar trabalhadores pelo desenvolvimento do país fosse um bom argumento.⁷ São perplexidades demasiado humanas. Liberalismo e socialismo não são totalitários, mas seus elementos podem levar a um governo totalitário. Nazismo e stalinismo são totalitários porque se estabeleceram pelo domínio total, ou seja, pelo extermínio sistematizado dos que “atrapalhavam” a uniformização da sociedade. Para Arendt, a vítima inocente é a característica do tipo de assassinato cometido por um regime totalitário.⁸

Neste texto se partirá da compreensão, de acordo com Arendt, de que toda ideologia contém três elementos especificamente totalitários: 1. Explicação total apenas na direção da história; 2. Insistência em uma realidade mais verdadeira, na qual há um sentido secreto; 3. Arranjo dos fatos com lógica e coerência que não existem na realidade (2012, pp. 627-628). O totalitarismo é fenômeno único e o fascismo tem características totalitárias. Historicamente, sabemos que uma ideologia fascista carrega a potência do terror total. É isso que a história nos mostra, é essa ameaça que devemos identificar e combater.

No passado, no calor dos acontecimentos, sem que fosse possível sequer imaginar o que os regimes nazista e stalinista fariam, as ideologias do fascismo e do comunismo se apresentaram como alternativas ao liberalismo e ao socialismo após a Primeira Guerra Mundial, utilizando o termo “totalitário” em suas propostas.⁹ Obviamente, é importante que se repita, ninguém poderia imaginar que esses projetos se transformariam em movimento e regime

como totalitário, definindo-o como “totalitarismo igualitarista”, é *O ciclo do totalitarismo*, de Ruy Fausto, de quem tomo o termo “pré-totalitário”. O autor afirma que “o totalitarismo stalinista representa o melhor exemplo do fanatismo *aufklärer* no mundo contemporâneo, com o seu cortejo de consequências catastróficas”, p. 110. E ainda: “A experiência do ciclo do totalitarismo deveria nos convencer de que o ‘destino normal’ – não o ‘destino fatal’ – das sociedades contemporâneas, mesmo para o caso dos países mais desenvolvidos, *não é a revolução* (qualquer que seja a sua modalidade, pacífica ou não), *mas a continuidade – sob uma forma ou outra – da dominação e da exploração.*” p. 37.

⁷ Mesmo Robert O. Paxton afirma: “Este livro reconhece a repugnância de ambos os terrores, mas condena ainda mais fortemente o extermínio biologicamente racista nazista, porque não admitiu salvação nem mesmo a mulheres e crianças” (tradução nossa). “This book acknowledges the repugnance of both terrors but condemns even more strongly Nazi biologically racist extermination because it admitted no salvation even for women and children”. Paxton cita em nota Alan Bullock, autor que “se recusa a equacionar os dois tipos de assassinato em *Hitler and Stalin: Parallel Lives* (London: HarperCollins, 1991): ‘Não há em lugar algum uma [soviética] contrapartida ao Holocausto, em que o assassinato em massa não se tornou um instrumento, mas um fim em si mesmo” (tradução nossa). ‘Nowhere was there a [Soviet] counterpart to the Holocaust in which mass murder became not an instrument but an end in itself’ (p. 974).” Cf. *The Anatomy of Fascism*, p. 213 e p. 304, respectivamente.

⁸ Cf. entrevista concedida por Hannah Arendt a Roger Errera, transcrita no livro *Pensar sem corrimão*, pp. 559-560, também disponível no YouTube.

⁹ Para Arendt, Mussolini, apesar de usar a expressão “Estado totalitário”, não tentou “estabelecer um regime inteiramente totalitário”. Cf. *Origens do totalitarismo*, p. 437 e notas 11 e 12, pp. 717-718. Cito a análise de Enzo Traverso, especificamente o uso do termo por intelectuais de esquerda: ver nota 41, o uso do adjetivo “totalitária” por Gramsci e Lukács. *El Totalitarismo: historia de un debate*, p. 30.

totalitários, ou seja, que o processo teria como desdobramento histórico, concreto, um extermínio sistemático de milhões de pessoas. Portanto, partindo da consideração do fenômeno político acabado, compreende-se aqui o fascismo, em sua ligação com o totalitarismo, uma ideologia e um regime pré-totalitários, de potencial totalitário.

Quanto a um possível questionamento acerca do alcance temporal desses conceitos políticos, faço referência a Robert O. Paxton, que bem defende, em seu livro *The Anatomy of Fascism*, o uso do termo “fascismo”, lembrando que outros conceitos políticos como “liberalismo” e “comunismo”, mesmo tendo tantas e variadas aparições ao longo da história, ainda preservam características com fortuna de compreensão e interpretação.¹⁰ Nos últimos anos, várias obras foram publicadas alertando para o perigo da crise da democracia e da ascensão do fascismo.¹¹ Cabe chamar atenção, no entanto, a partir do alerta em relação ao atual movimento popular contra a esquerda e contra o individualismo liberal na citação referida, para o uso majoritário do termo “fascista” e o melindre em relação ao termo “totalitário” darem-se talvez também em função de um resguardo da esquerda, como se esta fosse um âmbito seguro, imune à ideologia autoritária e a soluções totalitárias. Essa pretensa imunidade não existe, vide o stalinismo e o que tem ocorrido nos últimos anos na Venezuela. Tomar verdadeiramente a complexidade do real e assumir nossas perplexidades exige mais cautela do que muitos gostariam de admitir ou teriam coragem de aceitar. Como afirma Arendt, “o temor dos campos de concentração e o resultante conhecimento do que é o domínio total podem servir para anular todas as obsoletas divergências políticas da direita e da esquerda e introduzir, ao lado e acima delas, a maneira politicamente mais importante de julgar os eventos da nossa época, ou seja: se são úteis ou não ao domínio totalitário” (2012, p. 587).

Em relação às divergências políticas, essa possibilidade de outro nível de debate não se cumpriu, e podemos perguntar se essa insistência obsoleta contribuiu para o atual cenário no qual identificamos vários governos que alcançaram e se mantêm no poder com discursos e

¹⁰ “O termo fascismo precisa ser resgatado do uso desleixado, não jogado for a por causa disso. Ele permanece indispensável. Precisamos de um termo genérico para o que é um fenômeno geral, na verdade a novidade política mais importante do século XX: um movimento popular contra a esquerda e contra o individualismo liberal” (tradução nossa) “The term fascism needs to be rescued from sloppy usage, not thrown out because of it. It remains indispensable. We need a generic term for what is a general phenomenon, indeed the most important political novelty of the twentieth century: a popular movement against the Left and against liberal individualism.” *The Anatomy of Fascism*, (p. 21). Partimos da identificação desse “fenômeno genérico” no exame do comportamento dos governos fascistas, concordando com Paxton (p. 218), mas destacamos as características de potencial totalitário ainda mais escancaradas no contexto da pandemia da *covid-19*, principalmente quanto ao último ponto por mim considerado que é a tipificação de crime contra a humanidade pelo qual é acusado o atual presidente da República do Brasil.

¹¹ Além do livro citado de Robert O. Paxton, de 2004, ver *Como funciona o fascismo: a política do “nós e eles”*, de Jason Stanley; *Do Fascismo ao Populismo na História*, de Federico Finchelstein; *The Nature of Fascism*, de Roger Griffin, este publicado em 1993.

práticas úteis a uma ameaça totalitária, como na Hungria, Turquia, Rússia, Polônia, Venezuela, Índia, Filipinas e Brasil. O que isso significa? Que é possível identificar a persistência de elementos constitutivos e tendências totalitárias especialmente nesses países.

Para esclarecer essas continuidades, vou destacar algumas características desses regimes e movimentos. Um olhar para o passado é necessário, sem se deixar levar pela ilusão de que a história se repete. Por definir uma situação até então desconhecida, uma ideologia sem precedentes, o totalitarismo exigiu uma disposição que muitos se negaram a ter. A retomada de correntes e elementos que se perpetuam na história explica melhor o cenário do surgimento do fascismo e do totalitarismo.

2 OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TOTALITARISMO E SUA CONTINUIDADE

O período das guerras do século XX é definido pelo historiador Eric Hobsbawm como a Era da Catástrofe, em seu livro *Era dos Extremos*. O período de 1914 a 1945 não é só aterrorizante pelo número de mortos, de refugiados, de feridos, de batalhas. Se o fascismo surgiu primeiro tendo como características a ideia da diluição do indivíduo no Estado, a identificação com o exército e a violência como meio, o totalitarismo estabeleceu o assassinato sistemático da vítima inocente como política de Estado. Essas ideologias antiliberais, anticomunistas e antissocialistas foram consequência da claudicante estrutura política pós-revolucionária que levou ao recrudescimento de desequilíbrios e tensões culminando na Primeira Guerra Mundial e nos erros desencadeados. Duas correntes constituíram o engendramento do totalitarismo, compreendido como o sintoma e o ápice de um processo de colapso moral: o antissemitismo e o imperialismo.

O antissemitismo é a perseguição aos judeus, mas que no começo do século XX ganha novas características. De religiosa passa a racial, condição oportuna para as intenções do movimento totalitário décadas depois. O episódio político central do antissemitismo que seria transformado mais tarde em ideologia racista foi o caso Dreyfus, ainda no século XIX: um oficial francês judeu acusado de traição, preso, julgado, e que virou símbolo da virulência e da injustiça da ralé. Mesmo com a descoberta de que o ato de espionagem havia sido cometido por outro oficial, mesmo após novo julgamento, após a denúncia corajosa do escritor Émile Zola no célebre texto “J’accuse!”, a onda antissemita já estava instalada. O próprio Zola foi acusado, julgado e declarado culpado. No cenário de tensão e desarranjo dos

entreguerras, o fenômeno dos refugiados ensejou a perniciosa identificação dos judeus como uma ameaça a ser combatida.¹² Sua associação com o capital e seu cosmopolitismo faziam dos judeus o inimigo conspirador a se combater, a possibilidade de purificar e estabelecer a homogeneidade característica do discurso e da propaganda totalitária.

A farsa de uma conspiração mundial dos judeus para conquistar o mundo, amplamente difundida pelos *Protocolos dos sábios de Sião*, texto quase inteiramente plagiado do livro *Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu*, escrito em 1864, por Maurice Joly, serviu para que se criasse e se justificasse uma ideologia de domínio também internacional, total, antisemita, que exigia a destruição dos judeus e de qualquer outro grupo que ameaçasse esse domínio. Houve uma substituição ideológica planejada, sob a pressão das massas manipuladas, em um contexto já de animosidade e de insatisfação em relação ao Estado e a suas instituições. Essa pretensa unidade, uniformidade, superioridade, teve um antecedente poderoso na prática de colonização da África impulsionada pelos interesses econômicos dos imperialistas.¹³ Os campos de internação e de extermínio da Europa tiveram como exemplo os campos de trabalhos forçados do continente africano, a fonte de cultivo da submissão aos interesses financeiros para além das fronteiras, do ódio ao diferente, do ódio à pluralidade, a ideologia do racismo, um dos mais persistentes males.¹⁴ Os atuais protestos antirracismo são a reivindicação de uma igualdade prometida e não cumprida, a exigência necessária de um reconhecimento de direitos que há muitos anos não se realiza. No Brasil, o último país a ter uma lei que estabeleceu o fim da escravidão, lei adiada sob a alegação de receio de uma guerra civil como a dos Estados Unidos, os chamados negros e pardos são maioria, não minoria, ainda a figurar entre os mais desassistidos e injustiçados. O fato é que as reivindicações legítimas de uma parte da população

¹² Cf. item 1. A “nação de minorias” e os povos sem Estado, do capítulo 5. O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem, Parte II - Imperialismo, de *Origens do Totalitarismo*, especialmente pp. 394-395.

¹³ Não é simplesmente a questão da implementação de um sistema predatório de lucro pelo imperialismo que leva ao totalitarismo. Como esclarece Arendt, “A sociedade racista da África do Sul ensinou à ralé a grande lição da qual sempre tivera uma noção confusa – de que, por meio de mera violência, um grupo subprivilegiado podia criar uma classe ainda inferior a si próprio; que para isso não era necessária uma revolução, mas bastava que ele se unisse aos grupos das classes dominantes; e que os povos estrangeiros ou atrasados ofereciam as melhores oportunidades para o emprego dessas táticas.” *Origens do totalitarismo*, p. 293. Veremos adiante o que é a ralé. Sobre a complexa formação do racismo e do antisemitismo na África do Sul, ver capítulo 3. Raça e burocracia, Parte II – Imperialismo, *Origens do Totalitarismo*, pp. 267-313.

¹⁴ Os campos de concentração surgiram durante a Guerra dos Bôeres, no começo do século XX. Cf. item 3. O domínio total, Capítulo 3. O totalitarismo no poder, Parte III – Totalitarismo, de *Origens do totalitarismo*, especialmente pp. 584-585. Sobre o racismo, afirma Arendt: “O racismo pode destruir não só o mundo ocidental, mas toda a civilização humana. Quando os russos se tornaram eslavos, quando os franceses assumiram o papel de comandantes da mão de obra negra, quando os ingleses viraram ‘homens brancos’ do mesmo modo como, durante certo período, todos os alemães viraram arianos, então essas mudanças significaram o fim do homem ocidental. Pois, não importa o que digam os cientistas, a raça é, do ponto de vista político, não o começo da humanidade mas o seu fim, não a origem dos povos mas o seu declínio, não o nascimento natural do homem mas a sua morte antinatural.” *Origens do totalitarismo*, p. 232.

que vive sob a ameaça de uma “bala perdida”, são recebidas com descaso por outra parcela da população que se sente injustiçada “primeiro”. Tratemos da ralé.

A ralé teve importante papel no totalitarismo.¹⁵ Ela não se confunde com a massa nem com o povo. Trata-se de um grupo que reúne pessoas de todas as classes, gerado pelo acúmulo de capital e subproduto da sociedade burguesa, porque formada por “perdedores”, veteranos de guerra, postulantes a heróis, marginalizados das conquistas econômicas e do progresso. Marcada pelo ressentimento, pelo desejo de proteção de um “homem forte” ou “grande líder”, a ralé está na gênese da política imperialista, no perfil do conquistador sem lei que se aventura nas colônias para fazer fortuna. Associada historicamente ao imperialismo, em sua sede de vingança, a ralé odeia a sociedade e as instituições do Estado. A força e o alcance de seus brados se devem ao fato de que, na verdade, correspondem à “linguagem da opinião pública, expurgada da hipocrisia e do comedimento”.¹⁶ A ralé e sua vulgaridade foram transmitidas aos movimentos de massa em um processo de encarnação de ideais estimulado pelos líderes: “cada um dos seus membros podia tornar-se essa sublime e importantíssima encarnação viva do ideal, desde que fizesse parte do movimento. Assim ninguém mais precisaria ser leal ou generoso ou corajoso – pois automaticamente seria a própria encarnação da Lealdade, Generosidade e Coragem.” (ARENDRT, 2012, p. 347). A gravidade dessa transposição do indivíduo responsável para a encarnação de um ideal sem reflexão configura outra face do processo de submissão ou entrega da capacidade de discernimento e liberdade de pensamento à lógica fascista e à lógica totalitária. Essas ideologias reúnem indivíduos solitários e isolados que não têm nada em comum, formando a massa. A solidão organizada que leva às massas é um dos maiores perigos como tendência totalitária. Atualmente, não é difícil identificar a ralé nos grupelhos que aglutinam pessoas de várias origens em uma postura raivosa, sedentas de punição daqueles que identificam como responsáveis por sua desgraça, ressentidas por não terem contempladas suas vontades de consumo. A ralé finalmente abraça um líder violento que achincalha as instituições e ao mesmo tempo se contrapõe ao reconhecimento da pluralidade do corpo social, o que, infelizmente, temos visto no Brasil.

¹⁵ “O homem da ralé, o resultado final do ‘burguês’, porém, é um fenômeno internacional; e é melhor não o submeter a demasiadas tentações na fé cega de que apenas a ralé alemã é capaz de atos tão pavorosos. O que chamamos de ‘burguês’ é o homem de massa moderno, não em seus momentos exaltados de emoção coletiva, mas na segurança (hoje caberia melhor dizer insegurança) de seu domínio privado. Ele levou tão longe a dicotomia entre funções públicas e funções privadas, entre profissão e família, que não consegue mais encontrar, em sua própria pessoa, nenhuma ligação entre ambas. Quando sua profissão o obriga a assassinar pessoas, ele não se considera um assassino, pois não fez isso por inclinação pessoal, e sim em seu papel profissional. Por ele mesmo, jamais faria mal a uma mosca.” Arendt, *Culpa organizada e responsabilidade universal* (1945), In *Compreender*, p. 159.

¹⁶ Cf. *Origens do totalitarismo*, p. 379. A ralé é amplamente tratada no livro, com itens específicos. Cf. principalmente as páginas 159, 190, 222, 229 e 294.

O imperialismo, o outro elemento constitutivo do totalitarismo, se configura no período de 1884 a 1914. Despedaçou os Estados-nações, sendo a investida dos interesses econômicos exploratórios para além dos limites das legislações e de suas regras. A desintegração do Estado, da estrutura social e política, das classes e dos partidos, gerou o ódio a tudo e a todos. O imperialismo, como primeiro estágio do domínio político da burguesia, introduziu a mentalidade de comércio, de negócios privados, a reger os negócios públicos. Há, portanto, uma clara continuidade perversa do tipo de estrutura econômica de prioridade do interesse privado, de um sistema que gera capital supérfluo, logo homens supérfluos, e que se estende até este nosso século XXI.¹⁷ Contudo, a individualidade estimulada pela burguesia, que leva ao comprometimento primeiro com o sucesso privado na luta competitiva pela vida em detrimento da responsabilidade do cidadão e produz apatia em relação à atuação na vida pública, é inconcebível para o totalitarismo. Qualquer tipo de individualismo é intolerável para os movimentos totalitários.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a economia foi repensada nos termos de uma alternativa à propalada falência política que a era da catástrofe havia deixado como herança. A dinâmica de mercado conseguiria estabelecer um equilíbrio de interesses que os governos de ideologias diversas não haviam conseguido. A falácia segundo a qual uma dinâmica de mercado poderia sustentar um equilíbrio de interesses, deixando propositadamente de lado que “interesses” – no caso, econômicos – não correspondem a necessidades, conquistou muitos adeptos e foi sustentada durante muito tempo como a alternativa à confusão política. Segundo Arendt, historicamente, o liberalismo, afeito ao discurso da liberdade como liberdade da política, reforçou o ideário da confiança no progresso, mas agora com a balança quase que inteiramente pendendo para os ajustes pretensamente salvadores das finanças. As desigualdades foram aprofundadas sob o véu da austeridade da dupla Margaret Thatcher e Ronald Reagan nos

¹⁷ Sobre a mentalidade de comércio na política e sua extensão, afirma Arendt: “Quando, na era do imperialismo, os comerciantes se tornaram políticos e foram aclamados como estadistas, enquanto os estadistas só eram levados a sério se falassem a língua dos comerciantes bem sucedidos e ‘pensassem em termos de continentes’, essas práticas e mecanismos privados transformaram-se gradualmente em regras e princípios para a condução dos negócios públicos. É significativo que esse progresso de reavaliação, iniciado no fim do século XIX e ainda em vigor, tenha começado com a aplicação de convicções burguesas aos negócios estrangeiros, e só lentamente tenha sido estendido à política doméstica. Assim, as nações interessadas mal perceberam que o desregramento que se introduzia na vida privada, e contra o qual a estrutura política sempre tivera de defender-se a si própria e aos seus cidadãos, estava a ponto de ser promovido ao posto de único princípio político publicamente reconhecido.” *Origens do totalitarismo*, p. 207. (minha ênfase). Cabe também referência à nota 16 do capítulo O movimento totalitário: “William Ebenstein, *The Nazi State*, Nova York, 1943, quando discute a permanente economia de guerra do Estado nazista é praticamente o único crítico a compreender que a ‘interminável discussão [...] quanto à natureza socialista ou capitalista da economia alemã sob o regime nazista é em grande parte artificial, [...] [porque] tende a esquecer o fato vital de que tanto o capitalismo quanto o socialismo são categorias pertinentes à economia de bem-estar ocidental’ (p. 239)”. p. 730.

anos 1980, que desmontou o Estado de bem-estar social. No Brasil, a crise econômica forçou o fim da ditadura militar, a abertura controlada, planejada por Golbery do Couto e Silva, sob a pressão dos democratas, e que inaugurou o período de que colhemos acertos e erros.¹⁸

No Brasil, a hipocrisia em relação à desigualdade, a promessa de igualdade que não se cumpre travestida de discursos desmentidos na prática, vai acumulando ressentimento, ingrediente, como já vimos acerca da ralé, perverso e frutífero para intenções de manobra dos sentimentos com o objetivo de conquistar poder. Assistimos a esse processo recentemente, à instrumentalização de um descontentamento, reforçado por outro fenômeno historicamente perverso no Brasil, de busca e manutenção de privilégios no lugar do reconhecimento amplo de direitos. Os donos do poder apenas querem manter seu *status* sem qualquer comprometimento com o bem público, dando continuidade à exploração econômica e à expropriação predatória. Após a manobra de sentimentos apoiada na ralé com o uso da propaganda para convencer a massa, no posicionamento de única alternativa salvadora, os movimentos fascistas de potencial totalitário, quando chegam ao poder, investem na instalação de uma máquina cujo sustentáculo se estabelece pela mentira sistemática – a contestação de verdades de fato transformadas em opiniões –, pelo poder paralelo que aos poucos se estabelece por meio de estruturas paralelas no governo, o acionamento da polícia secreta e de órgãos de vigilância, e pela eliminação de grupos que possam atrapalhar o ideal de homogeneidade,¹⁹ esta característica própria da ideologia totalitária.

A mentira como instrumento político moderno é uma ferramenta de especial poder destrutivo. Nos regimes totalitários foi usada para criar um mundo fictício no qual se ofereciam respostas simplistas em um cenário marcado pela insegurança, a terra arruinada dos entreguerras. Uma prática funcional do regime consistia em dizer uma coisa e fazer outra,

¹⁸ Um dos maiores erros de que carregamos as consequências foi a aceitação da cláusula de reciprocidade da Lei de Anistia, que garantiu a impunidade das Forças Armadas em relação aos crimes cometidos durante a ditadura militar. Dentre tantos atos de violência, lembro o Relatório Figueiredo, produzido pelo próprio Estado em 1967 e 1968, desaparecido por décadas e que foi encontrado em 2013 pelo pesquisador Marcelo Zelic. Com o nome do Procurador-Geral Jader de Figueiredo Correia, o relatório reúne crimes cometidos por proprietários e agentes do Estado contra os povos indígenas: tribos inteiras assassinadas, torturas, trabalho escravo, dinamite atirada de aviões, inoculação proposital de doença em tribos isoladas e envenenamento. Cf. <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo>>.

A presença de oficiais das Forças Armadas em cargos do atual governo, assim como a falta de assistência à população, em especial à população indígena durante a pandemia, são fantasmas desse passado recente mal resolvido, de crimes impunes.

¹⁹ Os alvos do extermínio são quaisquer grupos que pareçam ameaçar esse ideal de uniformidade. No stalinismo, não foram apenas os trabalhadores os assassinados, mas opositores do regime e suspeitos. Hitler, por sua vez, tinha o plano de exterminar, após a vitória, uma parte da população da Polônia, depois alemães doentes do coração e dos pulmões. Cf. Arendt, *Origens do totalitarismo*, pp. 482-483; p. 565; p. 760, nota 97; p. 758, nota 80 e *Eichmann em Jerusalém*, pp. 311-312.

mentir descaradamente, apelando para os recursos da propaganda, dos símbolos e imagens que reforçavam uma identificação. Fotos, filmes e cartazes insistiam no inimigo a repudiar e perseguir. A unidade nacional poderia se estabelecer pelo reconhecimento e extermínio de um inimigo comum. A estratégia, contudo, não consistia em apenas mentir, como é próprio da propaganda em geral, mas converter em “verdade” o que só poderia ser dito até então como mentira, anunciar intenções como profecias e, no poder, ajustar a realidade a essas mentiras.²⁰ Os regimes totalitários também se caracterizaram pelo estabelecimento de uma permanente ilegalidade: mesmo que tenham mantido a constituição, ela era repetidamente ignorada (ARENDR, 2012, p. 533). Na mesma lógica de estrutura de “Estado de fachada”, outra prática recorrente era a criação constante de estruturas paralelas de poder, órgãos públicos repetidos com o objetivo de escamotear intenções e práticas. Segundo Arendt, a duplicação e a multiplicação de órgãos, mais do que criar empregos para os membros do partido, eram uma questão de princípio, de jogo de visibilidade e segredo, de destruição do senso de responsabilidade e competência. Nos movimentos totalitários, “todo o poder é investido nas instituições do movimento, fora da estrutura do Estado e do exército” (ARENDR, 2012, p. 535; p. 559). Para Arendt, a principal diferença entre fascismo e totalitarismo em relação à estrutura de poder, é a pretensão do movimento: enquanto o fascismo se identificava com o Estado e o exército, tendo por objetivo se apoderar da máquina estatal, de sua imobilidade e estabilidade, o totalitarismo usava o partido para levar adiante o movimento constante e para isso subordinava o Estado e o exército. O largo uso de estruturas também paralelas de informação servia aos movimentos totalitários para dar a impressão de “melhor” conhecimento da realidade, instaurando um clima de desconfiança e medo, promovendo a intimidação de opositores.²¹

Nesse início de século, a mentira ganha novo impulso graças aos meios digitais: do alcance por mensagens de voz, imagens falsas e frases de impacto, à impossibilidade de identificação da autoria de muitas mensagens, ao mapeamento de países inteiros pelos perfis de seus eleitores, possível graças aos dados fornecidos de boa vontade, como recreação, nas redes sociais. O arsenal de comunicação digital do século XXI praticamente destrói a privacidade, torna possível a propagação de mentiras pelo uso de imagens e frases de efeito que agências

²⁰ Cf. As sementes de uma internacional fascista. In: *Compreender*, p. 176. Ver também o efeito propagandístico da infalibilidade, os anúncios tanto de Hitler quanto de Stalin em forma de profecias em *Origens do totalitarismo*, pp. 482-483.

²¹ Sobre medidas de intimidação e de perseguição nos últimos anos no Brasil, ver: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-02/luiz-eduardo-soares-a-investigacao-clandestina-contracidadaos-e-mais-um-elo-que-nos-arrasta-ao-abismo.html>>

nascidas da nova demanda por investigação de informações falsas conseguem desmentir, mas cujas consequências mais destrutivas não são capazes de eliminar. Quaisquer críticas são demonizadas, em um processo de estímulo à mentira, o que leva à perigosa dificuldade de critério para a distinção entre verdadeiro e falso, entre bem e mal.²²

O cenário até o fim de 2019 já dificultava a clareza acerca da realidade, o reconhecimento do valor de princípios políticos. Já estávamos enredados em um estado de coisas refratário ao entendimento, um governo de características fascistas, ou seja, que em sua prática rejeita a democracia configurando-se como iliberal, estimula a violência como resposta justiceira de uma polícia paralela e investe na identificação com o exército, aliada a uma identificação não institucional com o Estado, de apelo a uma instância ideológica que não precisa de leis, já que princípios e leis são personificados.

Mas as declarações públicas da campanha que foram amplificadas no exercício do mandato ganharam outra tonalidade no cenário da pandemia da *Covid-19*, a doença causada pelo novo coronavírus. A doença passou a ser arma da aspiração a uma sociedade homogênea, “limpa” de suas partes indesejadas, de seus grupos incômodos, o que significa deixar à própria sorte pobres e indígenas, algo de precedente conhecido, como demonstra, por exemplo, o citado Relatório Figueiredo. O elemento já apontado como distintivo dos movimentos e regimes totalitários, o ápice do uso da violência na vitimização de inocentes, está na negligência para com grupos específicos da população brasileira, em especial em relação à população indígena no atual cenário da pandemia.²³

A criação de instâncias paralelas de poder é um recurso da ideologia totalitária para estabelecer concretamente a separação entre o aparato das leis, que fundamenta o Estado, e o governo que exalta um nacionalismo superficial de negação das instituições garantidoras da constituição. Fontes secretas de informação e ministérios sem responsáveis definidos, assim como interferência maciça das Forças Armadas em número crescente de cargos, mas sem o

²² Atualmente, as mentiras na forma de negacionismos e de teorias conspiratórias como consequência da desconfiança em relação aos meios de comunicação e às instituições têm se multiplicado nas redes sociais. O falso mundo ordenado e coerente das teorias conspiratórias serve a um desejo de simplificação da realidade, uma perigosa válvula de escape do ressentimento que pode se manifestar de modo violento. Ver, por exemplo: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/01/qanon-como-e-por-que-grupos-ligados-a-teoria-da-conspiracao-estao-se-multiplicando-na-america-latina.ghtml>>. Sobre a ameaça da mentira à política, ver o texto de Arendt, Verdade e Política (1963), In: *Entre o Passado e o Futuro*, pp. 282-325.

²³ Em entrevista concedida a Eliane Brum, a jurista Deisy Ventura afirma que na resposta do governo à pandemia há elementos para tipificação de crime contra a humanidade. Cf.: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-22/ha-indicios-significativos-para-que-autoridades-brasileiras-entre-elas-o-presidente-sejam-investigadas-por-genocidio.html>>.

correspondente apoio amplo e legitimador da instituição,²⁴ são modos de estabelecimento desse governo à margem. Outro paralelismo fundamental para a ascensão do atual presidente e que permanece forte base de seu apoio é o da polícia com as milícias. Fenômeno que começou no Rio de Janeiro, o poder crescente das milícias, grupamento justiceiro de dissidentes do aparato policial,²⁵ evidencia o perigoso crescimento da estrutura funcional à margem da lei. Um ressentimento por parte dos policiais, unido à falta de punição dos crimes da ditadura, ou seja, a contenção arrastada de uma revolta acerca do alcance e da funcionalidade do aparato policial, produziram a inversão desconcertante da defesa de uma estrutura paralela por membros da própria corporação. Ao examinar os fenômenos do fascismo e do totalitarismo, encontramos essa validação por meio da estrutura paralela do uso da violência como recurso de sustentação dos regimes. A violência, o oposto da política, a imposição pela força no lugar da argumentação própria da democracia que acolhe a pluralidade de opiniões dando lugar à divergência e à busca por melhores respostas e soluções, torna-se a regra. O estímulo à violência está na facilidade do acesso às armas, assim como na suspeita acerca da organização de estrutura sabidamente paralela, próxima ao poder, de produção sistemática de notícias falsas.

3 A AMEAÇA

O perigo que enfrentamos atualmente deriva do fato longo e profundo de que, em termos gerais, há uma incapacidade da estrutura política de corresponder às exigências das sociedades plurais, o que evidencia a fragilidade do tecido social e das instituições. Lembremos com Arendt que as liberdades democráticas só têm significado e funcionam quando os cidadãos estão ligados à estrutura social e política. Os totalitarismos foram favorecidos pelo colapso da estratificação social e política, pelo colapso do sistema partidário, o que levou às massas desorganizadas e desestruturadas de pessoas insatisfeitas. A indiferença em relação aos assuntos públicos alimentada pela “sociedade competitiva de consumo criada pela burguesia” não é causa suficiente dos movimentos totalitários. Os totalitarismos buscam eliminar qualquer atividade individual autônoma que atrapalhe a uniformização da sociedade. Contam, portanto, com a massa de indivíduos atomizados e solitários.

²⁴ Ver por exemplo declaração de Raul Jungmann em debate com Tarso Genro promovido pelo Uol: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/06/01/debate-uol-tarso-genro-e-raul-jungmann.htm>>.

²⁵ Ver especialmente a reportagem de Allan de Abreu para a revista *Piauí*, edição 150, março de 2019: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-metastase/>>.

O racismo e a desigualdade que se cristalizaram e tornaram possível o surgimento do fascismo e do totalitarismo ainda persistem.²⁶ Novos fatores aparecem e, mesmo que seja muito difícil que um regime totalitário se instale outra vez, sua perversidade vem à tona no que Arendt chamou de “transes” (ARENDR, 2012, pp. 611-612). Transe é um estado de consciência em que ficamos desligados da realidade. Esse descolamento da realidade é a todo tempo estimulado, como uma salvaguarda de nosso bem-estar, a construção de um mundo fictício qualquer no qual as contradições próprias do humano são negadas. Trata-se da submissão não consciente a uma desumanidade, a perigosa falta de capacidade de distinguir entre bem e mal. A opção é bastante tentadora e muita gente se deleita com ela. O negacionismo é essa prática ampla de querer ver apenas o que se encaixa no medo e no ressentimento guardados. O que ocorre hoje no Brasil e em vários outros países é um estado de coisas pré-totalitário no qual os elementos se mostram com roupagens atualizadas, digitalizadas, a nos ameaçar como transe. Como afirma Ebenstein, citado por Arendt, e como argumenta Ruy Fausto, já mencionados, estamos sob as coordenadas de uma economia de bem-estar, sendo ela capitalista ou socialista, uma continuidade que se revela dominadora e exploradora. Intelectuais podem brigar pela segurança dos conceitos enquanto as massas cansadas e desarraigadas, pelo fascismo, pela sua versão mais amena, o populismo, ou sob o risco de sucumbir ao transe do domínio total, podem almejar o alívio da coerência e da uniformização, vergando ao peso de sua condição precária em um mundo que não dá conta da própria complexidade e oferece o mal de bandeja. Como afirmou Arendt:

É fácil compreender o quanto a propaganda totalitária e até mesmo certas instituições totalitárias correspondem aos sonhos das novas massas desarraigadas, mas é quase impossível saber o número daqueles que, se continuarem expostos por mais tempo a uma constante ameaça de desemprego, aceitarão de bom grado uma “política populacional” de eliminação regular do excesso de pessoas, e quantos, compreendendo perfeitamente a sua crescente incapacidade de suportar a carga da vida moderna, se conformarão de boa vontade a um sistema que, juntamente com a espontaneidade, elimina a responsabilidade. (ARENDR, 2012, p. 581)

Identifico três tendências totalitárias ou transes atualmente: a primeira advém da sociedade do consumo e da imagem, de sua rapidez em reduzir a vida pública à maior ou menor

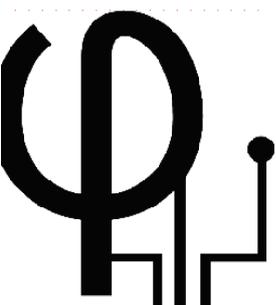
²⁶ Sobre o discurso e a prática antissemitas do atual governo brasileiro, ver “Entre ‘conversos’ e ‘desconversos’: o caso da influência da Nova Direita Brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro”, de Michel Gherman e Misha Klein, *Estudios Sociales del Estado*, vol. 5, n. 9, 2019.

Ver também o texto “Bolsonaro, os judeus e o antissemitismo”, de Fábio Zuker e Pedro Beresin, na revista *Piauí*, 28 de julho de 2021: <<https://piaui.folha.uol.com.br/bolsonaro-os-judeus-e-o-antissemitismo/>>.

publicidade. A suscetibilidade ao transe se dá pela impressão de que todos são descartáveis e apenas servem para alimentar correntes de seguidores. A segunda é o bloqueio e o permanente questionamento da representação e da real atuação na vida pública pela corrupção, geradora de revolta e ressentimento que fortalecem o discurso de destruição das instituições. Finalmente, o encantamento de uma vida fictícia sem responsabilidade, mantida pela opinião pública. Portanto, superfluidade dos seres humanos na sociedade de consumo e imagem, bloqueio à atuação na vida pública pela incapacidade das instituições de corresponderem à representação e apelo da vida fictícia que não exige a responsabilidade necessária para lidar com essas perplexidades.

Em “Tiro pela culatra”, palestra proferida e publicada por ocasião do evento comemorativo dos duzentos anos da república americana, Arendt faz uma dura crítica à política daquele país. Culpa a doutrina do progresso e o culto à imagem pela fuga do enfrentamento dos fatos. Embora demonstre uma esperança no despertar para as questões do meio ambiente, sublinha que ainda não se vislumbra “um meio de parar essa economia desenfreada sem causar de fato um colapso de grande proporção”. Arendt afirma, por fim, que é a “persuasão imposta pela pressão e pela manipulação da opinião pública que vai obter sucesso nos casos em que o terror fracassou” (2004, p. 333; p. 340).

O mal totalitário permanece à espreita. É preciso atentar para os novos modos pelos quais ele nos ameaça e esclarecer o perigo que representa. Sem espontaneidade e sem responsabilidade deixamos de ser quem somos: o espírito humano e a pluralidade são os alvos do totalitarismo.



REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Ed. Jerome Kohn. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 11.ed. Revisão e apresentação Adriano Correia. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENDDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 4.ed. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDDT, Hannah. *Pensar sem corrimão: Compreender 1953-1975*. Tradução Beatriz Andreiuolo, Daniela Cerdeira, Virginia Starling e Pedro Duarte. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- ARENDDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BULLOCK, Alan. *Hitler and Stalin: Parallel Lives*. London: HarperCollins, 1991.
- CIPLEY, David. *Liberalism in the Shadow of Totalitarianism*. Cambridge: Harvard University Press, 2006.
- FAUSTO, Ruy. *O ciclo do totalitarismo*. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- FINCHELSTEIN, Federico. *Do fascismo ao populismo na história*. Tradução Jaime Araújo. São Paulo: Almedina, 2019.
- FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Cambridge: Harvard University Press, 1956.
- GEYER, Michael; FITZPATRICK, Sheila. (Ed.) *Beyond Totalitarianism: Stalinism and Nazism Compared*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- GHERMAN, Michel; KLEIN, Misha. “Entre ‘conversos’ e ‘desconversos’: o caso da influência da Nova Direita Brasileira sobre a comunidade judaica do Rio de Janeiro”, *Estudios Sociales del Estado*, 5(9), 101-123. Disponível em: <https://doi.org/10.35305/ese.v5i9.173>
- GLEASON, Abbott. *Totalitarianism: The Inner History of the Cold War*. New York: Oxford University Press, 1995.
- GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. London: Routledge, 1996.
- HAVEL, Vaclav. *Essais Politiques*. Paris: Calmann Lévy, 1989.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JAY, Martin. *Marxism and Totality: Adventures of a Concept from Lukács to Habermas*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- JOLY, Maurice. *Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu*. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Ed. Unesp, 2009.
- KERSHAW, Ian; LEWIN, Moshe. (Ed.) *Stalinism and Nazism: Dictatorships in Comparison*. New York: Cambridge University Press, 1997.
- LEFORT, Claude. *Un homme en trop*. Paris: Seuil, 1975.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. Tradução Isabel Marva Loureiro. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PAXTON, Robert O. *The Anatomy of Fascism*. New York: Knopf, 2004.

SAUER, Wolfgang. National Socialism: Totalitarianism or Fascism?, *The American Review*, vol. 73, n. 2, Dec, 1967, p. 404-424.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras,

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”*. Tradução de Bruno Alexander. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHÉRI, Maia. *Naissance de l’ideologie fasciste*. Paris: Fayard, 1989.

TALMON, Jacob L. *The Origins of Totalitarian Democracy*. New York: Frederick A. Praeger, 1961.

TRAVERSO, Enzo. *El Totalitarismo: historia de un debate*. Buenos Aires: EUDEBA, 2001.

VOEGELIN, Eric. The Origins of Totalitarianism. *The Review of Politics*. Vol. 15, n. 1, jan. 1953, p. 68-76. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1404747?seq=1>

ZIZEK, Slavoj. *Did Somebody say Totalitarianism? Five Interventions in the (Mis)use of a Notion*. London, New York: Verso, 2001.

